

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.053 - SP (2019/0226346-4)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : ELISANGELA NUNES SE SOUZA**  
**ADVOGADO : GILMAR APARECIDO DE PONTES - SP390587**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **Elisângela Nunes de Souza** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 17):

*POLICIAL MILITAR - REPRESENTAÇÃO PARA PERDA DE GRADUAÇÃO - DESPACHO MONOCRÁTICO INDEFERINDO PRODUÇÃO PROBATÓRIA - AGRAVO INTERNO - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO (ART. 5º, INCISO XXXV, CF) - INVOCAÇÃO DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO - OS PROCESSOS AUTÔNOMOS NÃO ADMITEM FASE INSTRUTÓRIA - RECURSO IMPROCEDENTE A r. decisão agravada não merece qualquer reparo porque foi fundamentada juridicamente. Ademais, os argumentos adotados na Representação para Perda de Graduação de Praça são reiterados nesta seara e continuam pertinentes e absolutamente hígidos, haja vista que, nada obstante a proibição retratada no § 3º, do art. 1021, do Código de Processo Civil, não se trata de mera 'reiteração de fundamentos', mas sim, de inexistência de novos elementos aptos a comprovar as alegações da Agravante. Ademais, é necessário registrar que a natureza de processo autônomo, exatamente como o procedimento desta representação, não prevê fase de instrução probatória, de modo que eventual juízo de valor das testemunhas não teria o condão de demonstrar ou não o abalo ao decoro militar, o verdadeiro objeto dos autos principais. Por fim, foi restituído à interessada o prazo regimental para a regular apresentação de sua defesa.*

Não foram opostos embargos declaratórios.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts.

415, 492 e 494 do CPPM. Sustenta que o acórdão recorrido contrariou previsão expressa de dilação probatória para os processos originários do TJMSP.

Defende que não pode "o Acórdão recorrido firmar o entendimento de que se trata de ação autônoma e não há previsão no Regimento Interno do TJMSP a dilação probatória, haja vista que esta está prevista no CPPM [...] o Acórdão recorrido firmar o entendimento de que se trata de ação autônoma e não há previsão no Regimento Interno do TJMSP a dilação probatória, haja vista que esta está prevista no CPPM" (fl. 32).

Pugna pela concessão de efeito suspensivo ao recurso.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação não comporta acolhida.

Com efeito, extrai-se do aresto recorrido a seguinte fundamentação (fls. 18/20):

*Saliente-se que nos referidos autos a Agravante alegava a necessidade de juntar, dentre outros, documentos referentes ao processo criminal a que respondeu sobre os mesmos fatos e produzir prova oral, por meio de seu próprio interrogatório e declarações de testemunhas, sob pena de flagrante violação ao consagrado direito à ampla defesa.*

*Pertinente registrar que, conforme o despacho atacado nos autos da Representação para Perda de Graduação e reproduzidos neste agravo (ID 189879), como já mencionado, verifica-se que a questão da normatização do processo de graduação está, definitivamente superada não só pela explicação jurídica ao citar os artigos da Constituição Federal e do Regimento Interno desta Especializada, legitimando tal feito, mas principalmente porque o presente agravo não questionou tais dispositivos legais e fez apenas menção a eles.*

*Na realidade, este recurso objetiva na prática tão somente a reforma da decisão quanto ao indeferimento do pedido de juntada do processo crime a que respondeu a Agravante e a dilação probatória já referida, pois, conforme a própria decisão agravada, a juntada ao feito principal (RPPG) da íntegra do PD a que respondeu e a certidão de cumprimento da permanência disciplinar nele imposta a interessada não foram indeferidas, apenas determinou-se que sua juntada ficaria*

*condicionada à apresentação em conjunto com sua defesa, a qual, aliás, está assegurada após a solução deste agravo, considerando-se que o prazo regimental já fora restituído a miliciano no despacho atacado (item 5), assegurando-lhe o consagrado direito à ampla defesa.*

*Deste modo, nesta oportunidade, os argumentos jurídicos expostos permanecem válidos e, portanto, absolutamente hígidos, motivo pelo qual reitero a fundamentação contida naquele despacho (ID 189879), nos seus exatos termos, em que pese a respeitável tese ora reiterada pela Agravante, ainda que invoque agora insistentemente a afronta ao devido processo legal.*

*Esclareça-se, entretanto, que não se trata de mera 'reprodução dos fundamentos da decisão agravada' a que se refere o § 3º do art. 1021, do Código de Processo Civil, haja vista que a referida proibição pressupõe, logicamente, que o julgador não deve e não pode simplesmente 'reiterar' sua decisão sem reavaliá-la com o novo contexto fático, qual seja, os argumentos lançados na nova peça recursal. No presente caso, contudo, está patente que as 'novas' alegações invocadas não trouxeram qualquer elemento realmente novo que pudesse, de fato, comprovar a falta de amparo legal da decisão atacada e, tampouco, validar a combativa, mas infundada tese da Agravante, notadamente, quanto ao pretenso cerceamento de sua defesa.*

*Como cediço, a natureza de processo autônomo não exige a previsão de fase de instrução probatória no procedimento da Representação de Perda de Graduação. Ora, não se pode dizer que os procedimentos de ações como mandado de segurança, habeas data, habeas corpus e mandado de injunção, desprovidos de instrução probatória, contrariam os princípios da ampla de defesa e do contraditório. Referidas ações, bem como a Representação para Perda de Graduação de Praça, partem de fato certo e inquestionável o que permite a via procedimental especial, sem qualquer fase instrutória.*

*Mesmo assim, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo prevê que no procedimento da Representação para Perda de Graduação o Representado terá oportunidade de apresentar defesa, nos termos de seu art. 117, §2º.*

*Como reconhece a própria Agravante, ela não pretende modificar os fatos da sentença de primeiro grau e, sendo certo e incontestado que nos feitos de Representação para Perda de Graduação verifica-se exclusivamente se a condenação criminal transitada em julgado contrariou o decoro militar,*

*haveria que se perguntar qual seria o papel de eventuais testemunhas nesse tipo de feito. Teriam elas o propósito de opinar se teria ou não ocorrido abalo ao decoro militar. Realmente parece despropositada tal situação, afinal, como é cediço, testemunha revela o que sabe ou o que presenciou, sem emitir juízos opinativos, restando patente sua inviabilização em procedimento de Representação para Perda de Graduação.*

*Circunstância que poderia contrariar a ampla defesa da demandante seria a ausência de manifestação acerca do mérito da Representação oferecida pelo Ministério Público, entretanto, a devolução do prazo regimental para tal mister afasta de vez qualquer possibilidade nesse sentido, independentemente dos documentos que julga pertinentes e imprescindíveis.*

Destarte, no concernente à questão da instrução probatória dos autos, esta Corte Superior possui entendimento assente de que é o magistrado o destinatário final das provas, podendo, com base em seu livre convencimento, indeferir ou deferir aquelas que considere dispensável ou não à solução da lide.

Nesse contexto, este STJ não pode rever, em julgamento de recurso especial, se determinada prova era de fato necessária, porquanto tal providência demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, procedimento vedado pela Súmula 7 do Tribunal.

Nesse sentido, confira-se:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INDEFERIMENTO DE PROVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. CONTRATO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. RESCISÃO UNILATERAL. DATA DA CIÊNCIA DA REVOGAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

*1. Nos termos da jurisprudência vigente neste Tribunal Superior, os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada, só podendo ser manejados quando a decisão recorrida estiver eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), sem, contudo, conferir ao julgado efeito infringente.*

*2. Inexiste omissão quando a instância ordinária, ao dirimir a*

*lide exposta nos autos, aplica o direito que considera cabível ao deslinde da controvérsia.*

*3. No caso em exame, ficou constatado que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado quando reconheceu que a determinação do pagamento dos valores referentes à verba honorária contratual foi imposta com base nos elementos de provas constantes nos autos, considerados como suficientes para a formação do posicionamento do julgador acerca do tema.*

*4. Segundo orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, não há se falar em cerceamento de defesa quando o julgador, em decisão devidamente fundamentada, indefere pedido de prova por considerá-la despicienda para o deslinde da controvérsia.*

*5. Concluindo a instância ordinária que os fatos encontram-se devidamente comprovados pelos elementos de prova existentes nos autos e que é prescindível a dilação probatória, descabe ao Superior Tribunal de Justiça alterar os fundamentos adotados pelo Tribunal estadual, pois seria necessário profunda avaliação do contexto fático-probatório, impedido pela Súmula 7/STJ.*

*6. Com base no princípio da actio nata, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento jurisprudencial reconhecendo que, nos contratos de prestação de serviços advocatícios, havendo rescisão unilateral do pacto firmado, o prazo prescricional para pleitear o pagamento dos honorários tem como termo inicial a data da ciência da revogação do contrato.*

*7. Estando o aresto impugnado em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, incidente a Súmula 83/STJ.*

*8. Agravo interno desprovido.*

**(AgInt no AREsp 1367106/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 30/08/2019)**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO CONSIDERADO INAPTO, EM EXAME MÉDICO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 130, 330, I, E 333, I, DO CPC. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*I. Na origem, trata-se de demanda na qual se visa afastar a reprovação do autor, ora recorrente, na fase de exame médico*

*do concurso público para provimento do cargo de Soldado PM 2ª Classe da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Alega-se cerceamento do direito de defesa, por indeferida a realização de nova prova pericial. O Tribunal a quo, à luz do contexto fático-probatório dos autos, concluiu que a dilação probatória era desnecessária, ante a suficiência das provas já produzidas.*

*II. Consoante a jurisprudência desta Corte, é "insuscetível de revisão, nesta via recursal, o entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, entendeu que não ocorrera cerceamento de defesa com o julgamento antecipado da lide, e concluiu como suficiente as provas contidas nos autos, com indeferimento da produção de provas prescindíveis, porquanto demanda a reapreciação de matéria fática, o que é obstado pela Súmula 7/STJ" (STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 430.913/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2014).*

*III. Manutenção da aplicação, in casu, da Súmula 07/STJ.*

*IV. Agravo Regimental improvido.*

**(AgRg no AREsp 720.659/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 04/09/2015)**

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo, prejudicado o pedido de efeito suspensivo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator